

Quinta-Feira, 18 de Dezembro de 2025

Acordo intermediado pelo TCE, garante pagamento de dívidas de R\$ 48 milhões e evita paralisação dos ônibus em Cuiabá

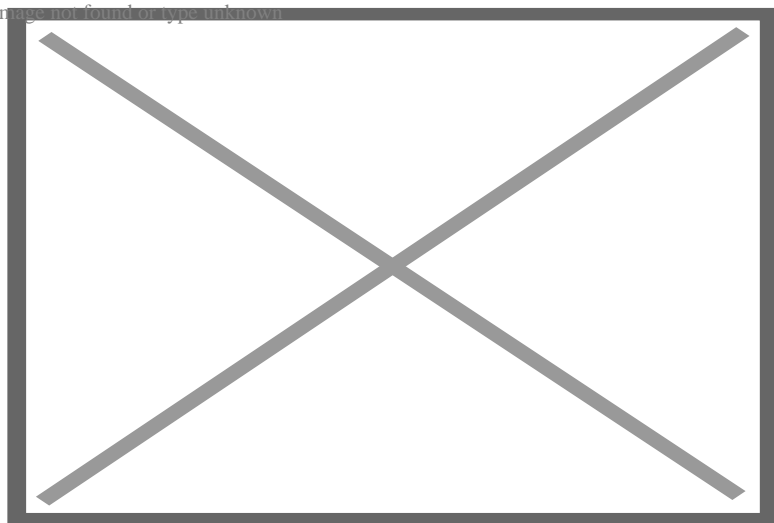
TCE atuante

Redação

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) assegurou acordo para o pagamento de R\$ 48,4 milhões devidos pela Prefeitura de Cuiabá às empresas de transporte coletivo, evitando eventuais interrupções na prestação do serviço à população. Em Mesa Técnica realizada nesta quarta-feira (21), o Município concordou com o pagamento do valor principal da dívida, dividido em nove parcelas.

Proposta em 2023 pelo atual presidente do TCE-MT, conselheiro Sérgio Ricardo, a Mesa teve origem em representação de natureza externa proposta pela Caribus Transportes e Serviços LTDA. A empresa alega que a falta de repasses gerou endividamento com instituições financeiras, o que poderia resultar na busca e apreensão de ônibus. “Hoje chegamos à contabilização do valor e a um plano de pagamento. Precisamos reconhecer o esforço da Prefeitura e do empresariado de entender que era preciso parcelar. O Tribunal coordena esses estudos, mas as partes precisam estar em consenso para encontrar o caminho”, explicou o presidente da Comissão Permanente de Normas, Jurisprudência e Consensualismo (CPNJur), conselheiro Valter Albano.

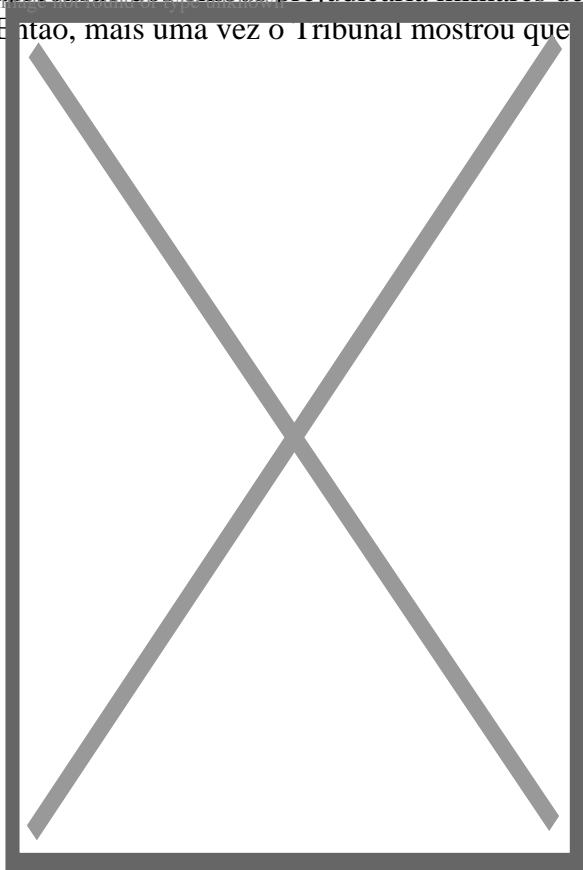
Image not found or type unknown



Corregedor-geral do TCE-MT, conselheiro José Carlos Novelli. [Clique aqui para ampliar](#)

O trabalho foi acompanhado pelo relator das contas anuais da Prefeitura de Cuiabá, conselheiro José Carlos Novelli, que destacou a urgência na resolução de um problema que poderia afetar a sociedade. “Uma busca e

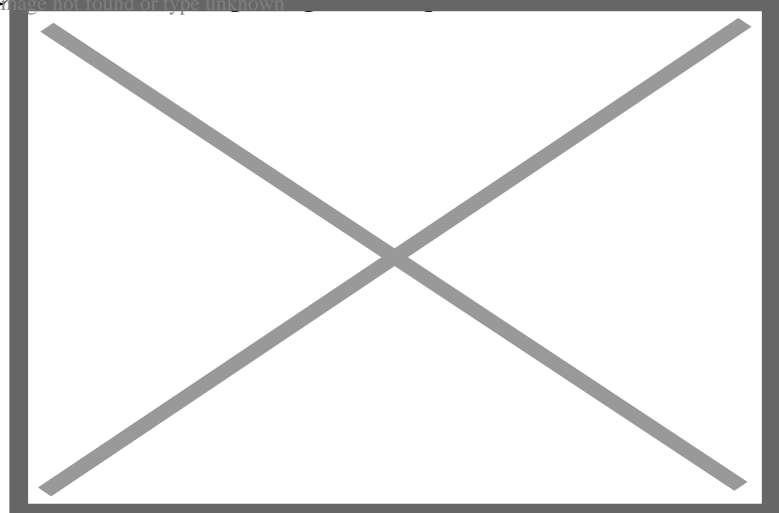
apreensão dos ônibus prejudicaria milhares de pessoas que utilizam o transporte coletivo todos os dias. Então, mais uma vez o Tribunal mostrou que o consensualismo é o melhor caminho.”



O plano acordado durante a reunião estabelece o pagamento

da primeira parcela para março e o da última para dezembro. Foi o que explicou o secretário de Fazenda de Cuiabá, Antônio Roberto Possas de Carvalho. “É um problema que precisa ser enfrentado e a mesa técnica fez um trabalho maravilhoso para encontrarmos uma solução que foi boa tanto para o poder público, quanto para os empresários.”

No mesmo sentido se pronunciou o presidente da Associação Mato-grossense dos Transportes Urbanos, Ricardo Caixeta. “A Mesa Técnica traz a conciliação para solucionar o problema, porque, em razão do montante da dívida, estava difícil chegar a uma conclusão. Também tem que ser viabilizado o pagamento dos custos com o transporte público, que tem ficado cada vez mais caros e a tarifa não acompanha.”



Para o representante da Caribus, João Victor

Rodrigues, o respaldo do TCE será fundamental para o processo de renegociação dos débitos em aberto com os bancos. “Certamente, os credores terão uma nova visão sobre o comprometimento da Prefeitura de arcar

com os valores. Isso faz com que as empresas possam vislumbrar um futuro um pouco mais igualitário de maneira a prosseguir com uma boa prestação de serviço.”

O procurador-geral de Contas, Alisson Carvalho de Alencar, também participou da Mesa Técnica.